



**I Simpósio de Pós-Graduação
em Desenvolvimento
Regional da Universidade
Federal do Amapá**

**SIMONE DIAS FERREIRA
CINDI VERIDIANA
JADSON PORTO
(ORGANIZADORES)**

CADERNO DE RESUMOS



Macapá
2021

SIMONE DIAS FERREIRA
CINDI VERIDIANA
JADSON PORTO
(Organizadores)

**CADERNO DE RESUMOS: I Simpósio de
Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento
Regional**

Macapá, 3 e 4 de novembro de 2016
<http://simposioppgmdr.blogspot.com>



Macapá
2021

© Copyright © 2021 - Universidade Federal do Amapá – Todos os direitos reservados

Foto da capa: Jadson Porto, Dia de Equinócio em Macapá (AP)

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Campus Universitário de Macapá
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR)
Campus Universitário Marco Zero do Equador
Rod. Juscelino K. de Oliveira – Km 02, Bloco DPG
Bairro: Universidade Macapá-Ap CEP: 68903-419

Realização Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGMDR/UNIFAP
Universidade Federal do Amapá
Apoio: Capes – Edital Procad Amazônia 2018.

Apoio: Hotel Atalanta (Macapá/AP), Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (CAPES), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG/Unifap), Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NITT/Unifap).

Coordenador PPGMDR: Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

Vice-Coordenador PPGMDR: José Francisco de Carvalho Ferreira

F981a Fundação Universidade Federal do Amapá

Cadernos de resumo do I Simpósio de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, 03 e 04 de novembro de 2016/ Organizadores: Simone Dias Ferreira; Cindi Veridiana; Jadson Porto. – Maringá: Uniedusul, 2021. 38 p.

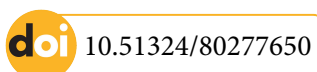
ISBN: 978-65-80277-65-0

1. Desenvolvimento Regional - Seminário. Amazônia. 2. Amapá. 3. Amazônia. I. Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD). II. Título.

CDD: 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei no 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

Os organizadores informam que a revisão ortográfica é de responsabilidade dos autores



I Simpósio de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional

Comissão Organizadora:

Dr. Daniel Chaves (Coordenador)
Dr. Roni Mayer Lomba
Dr. Iuri Cavlak
Aldenize Almeida
Franquileia Lima, Gessica Nogueira
Katicia Correa
Luciana Fernandes
Priscila Esquerdo
Simone Ferreira
Tayra Rezende
Thayna Costa
Tiago Luedy Silva
Vitor Hugo Costa

À GUIA DE ESCLARECIMENTOS

O I Simpósio de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, na Universidade Federal do Amapá (Unifap), ocorreu no período de 3 e 4 de novembro de 2016, quando este Programa *strictu sensu* completou 10 anos de existência. Por motivos alheios aos esforços para a divulgação dos trabalhos apresentados e para não se perder a memória da construção dos eventos organizados por mestrandos e docentes, resgatou-se esta obra, considerada perdida até então.

Com o propósito de recensear, debater e articular as pesquisas em curso e em linhas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, com foco nas discussões epistemológicas, teóricas, metodológicas e empíricas sobre Planejamento Urbano, Planejamento Regional, Demografia, Cultura e Sociedade e Desenvolvimento Regional, e diante dos interesses locais, regionais, nacionais, internacionais sobre as áreas em questão, por meio deste pretende-se reunir a comunidade acadêmica interessada (discentes, docentes, técnicos e leigos interessados) para a ocasião do I Seminário de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

A aula magna exposta pelo Dr. Roberto do Carmo (NEPO/Unicamp) trouxe à tona a questão do agronegócio, trazendo ao debate o caso do Projeto de Assentamento Conjunto Lucas do Rio Verde (MT). Em 2016, quando ocorreu este Simpósio, dava-se início a esta atividade econômica no Amapá, também voltada para o plantio da soja no território amapaense. As considerações feitas pelo ministrante da aula magna trouxe subsídios para comparações acadêmicas com as expectativas amapaenses à época.

No período de 2016 a 2021, houve a continuação do esforço pelas novas gerações de mestrandos em desenvolvimento regional nas suas interpretações inerentes à multidisciplinaridade típica das reflexões tecidas nas áreas de educação, planejamento urbano, meio ambiente, segurança pública, comunicação e ambiente jurídico; bem como, se envolvendo em construções de políticas públicas, a exemplo do Plano Diretor do Município do Oiapoque, aprovado em 2021.

Os mestrandos vêm colaborando com a construção contínua do conhecimento científico, pelo viés do entrelaçamento das suas experiências reais, aprofundando as suas pesquisas e devidamente direcionadas pelos seus orientadores. Desta forma, a ciência contribui com a realidade regional potencializando o seu respectivo desenvolvimento.

Até agosto de 2021, quando este Programa *strictu sensu* registra os seus 15 anos de atuação, 172 dissertações em desenvolvimento haviam sido defendidas, dentre elas, algumas tiveram seus ensaios de debates neste evento. Projetos institucionalizados também foram encaminhados às agências de fomento local e nacionais e aprovados, dentre eles merece destaque o projeto intitulado Entre estratégias de desenvolvimento regional e as dinâmicas territoriais do Amapá e Tocantins: interações de dois estados em construção (Edital PROCAD Amazônia), fomentado pela Capes.

Os resumos aqui reunidos foram expostos em quatro rodadas de diálogos discentes, orientadas na sua reunião pelos grandes debates e temas de interesse do Planejamento Urbano, e Regional, da Demografia, do Desenvolvimento Regional e Nacional, da Cultura e Educação, do Meio Ambiente e da Sustentabilidade.

Boa leitura.

Macapá, 16 de setembro de 2021.

Simone Dias Ferreira

Cindi Veridiana

Jadson Porto

PALAVRA DA COORDENAÇÃO DO PPGMDR

Instituído em 2006, o Mestrado em Desenvolvimento Regional da Unifap foi criado primeiramente com o nome de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional (MINTEG). Em 2010 alterou-se o nome para Programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) por orientação de consultores da Capes do Comitê de área de Urbano e Regional e Demografia (PUR/Demografia/Capes) que visitaram a instituição. Desde a sua primeira turma (cuja primeira defesa ocorreu em 2008), o PPGMDR tem se mostrado como um instrumento de reflexivo e analítico sobre diversas atividades e políticas públicas que visaram as intenções de desenvolvimento destinadas ao Estado do Amapá; bem como mostrou-se de elevada importância para a geração de conhecimento e massa crítica para a produção científica local em diversas áreas do conhecimento.

Para comemorar o primeiro decênio de suas atividades, no período de 03 e 04 de novembro de 2016 ocorreu o I Simpósio de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, com uma programação bastante objetiva, com a ocorrência de Conferências e Espaços de Diálogo (<http://simposioppgmdr.blogspot.com.br>).

As conferências iniciaram pela presença do Coordenador do Comitê PUR/ Demografia/Capes, Dr. Roberto do Carmo (NEPO/ UNICAMP); posteriormente por docentes que atuam no Programa desde o seu início, expondo suas experiências de pesquisa no Estado do Amapá e; pelo primeiro pesquisador bolsista de pós-doutoramento do PPGMDR, Dr. José Francisco Ferreira de Carvalho.

Os Diálogos Discentes tiveram por objetivo de criar um espaço de debate multidisciplinar a partir das experiências dos mestrandos do PPGMDR para além de uma apresentação de trabalhos. Na medida em que cada discente expunha sua pesquisa, evidenciava-se o diálogo com as investigações de outro mestrando, tanto no aspecto metodológico, conceitual, territorial e temático. Com isso, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento regional é no mínimo multi/inter/transdisciplinar, a formatação desta forma de exposição auxilia uma construção de saberes e de experiências mais adequada para o debate científico e social. Para isso, foram selecionados quatro temas para discussão, ei-los: “Territorialidades, usos e articulações para o planejamento e desenvolvimento regional”; “Os desafios e potencialidades da Economia e do Empreendedorismo no contexto regional”; “O desenvolvimento regional na diversidade: Educação, Cultura e Sociabilidades” e; “Segurança, meio ambiente e sustentabilidade diante das especificidades regionais”.

Este evento teve como Conferência de abertura, em 03/11, a apresentação intitulada “Dinâmica Demográfica e Desenvolvimento Regional no Brasil Contemporâneo: retratos”, pelo Dr. Roberto do Carmo (NEPO/UNICAMP), coordenador da Área de Planejamento Urbano e Regional da Capes. Em sua apresentação, expôs que a dinâmica das atividades econômicas possui uma relação dialética com os processos demográficos; os processos migratórios; as dinâmicas de natalidade e mortalidade; com implicações em diferentes escalas: internacional, nacional, regional e local; e que possuem decorrências ambientais significativas. Explicou as dinâmicas recentes existentes no Centro-Oeste brasileiro pela expansão da soja e da agroindústria, com destaque analítico para o município de Lucas do Rio Verde (MT); do estado do Pará, apresentando uma diversidade e complexidade de seus processos voltados para o desenvolvimento Regional e as dinâmicas demográficas e; a zona costeira, analisando as suas tendências históricas e os seus processos recentes.

Em seguida, foi ministrada a conferência “Relatos e vivências sobre o debate do desenvolvimento regional comparado: fronteiras consolidadas, novas fronteiras”, pelo Dr. José Francisco Ferreira. Sua abordagem tratou de uma análise comparativa entre fronteiras europeias e brasileira, em especial para o caso entre Amapá e Guiana Francesa.

No dia 04/11 ocorreram 3 conferências. A primeira foi ministrada pela Dra. Valdenira Ferreira dos Santos (IEPA), sob o título “Potencialidades e desafios na zona costeira do Amapá”, expondo suas pesquisas efetivadas pela sua equipe estabelecida no IEPA, em conjunto com um conjunto de pesquisadores nacionais e internacionais, sobre a foz do rio Amazonas, ambientes aquáticos amazônicos (fluviais, costeiros e marinhos) através de seu Grupo de Pesquisa Estrutura e Funcionamento de Ecossistemas Aquáticos, criado em 2004. Em 2012, este Grupo de Pesquisa foi inserido no INCT - Ambientes Marinhos Tropicais: Heterogeneidade Espaço-Temporal E Respostas À Mudanças Climáticas.

A segunda foi ministrada pelo Dr. Ricardo Adaime (Embrapa/AP), sob o título “Entomologia Agrícola no contexto do Desenvolvimento Regional”, abordando reflexões sobre importância do domínio e o conhecimento da entomologia para atuar no desenvolvimento regional, nas áreas de produção de fruticultura. O pesquisador expôs a sua experiência investigativa e alguns resultados inéditos alcançados pelas suas orientações de mestrado e doutorado dos programas de pós-graduação existentes na Unifap em parceria com a Embrapa.

Ambas conferências foram ministradas por docentes que iniciaram as atividades do PPGMDR em 2006, como parceria efetuada com o IEPA e a Embrapa/AP. Com isso, expuseram reflexões alcançadas em 10 anos de pesquisa no Estado do Amapá.

Por último, o coordenador do PPGMDR, Dr. Jadson Porto, expõe a sua conferência intitulada “10 anos do PPGMDR: Experiências e vivências de desenvolvimento institucional”. Inicia expondo que este Programa stricto sensu é o mais antigo na região amazônica, no Comitê de Planejamento Urbano Regional e Demografia (PUR/Demografia/ Capes). Situa o Programa no contexto nacional, ao longo de 46 anos de existência deste Comitê.

Em seguida, contextualiza a criação do PPGMDR no Estado do Amapá e na UNIFAP, em 2006. Posteriormente demonstra a evolução da produção das dissertações defendidas (116 entre 2008-2016); a sua produção intelectual, assim indicadas até 04 de novembro de 2016: 191 artigos completos em periódicos; 39 livros; 110 capítulos de livros e; 211 Trabalhos completos em anais de eventos). Com isso, expôs o coordenador, este Programa efetua duas premissas para qual foi criado: geração e divulgação de conhecimento sobre diversas faces do desenvolvimento do estado do Amapá inserido no contexto amazônico.

Com esta experiência, o I Simpósio de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional evidencia a necessidade de se debater e analisar as intenções e propostas executadas no território amapaense que visaram garantir o seu desenvolvimento, bem como os atores neles envolvidos; como também evidencia a existência de uma massa crítica instalada no espaço amapaense pronta para avaliar o que e como se pode estimular o desenvolvimento, seus impactos no espaço, na sociedade, no meio ambiente e nas políticas públicas amapaenses.

Macapá, 14/11/2016.
Jadson Luís Rebelo Porto
Coordenador do PPGMDR/Unifap

PALAVRA DA ORGANIZAÇÃO DO I SPGDR

Com grande satisfação, apresentamos o Caderno de Resumos dos Diálogos Discentes do I Simpósio de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, que visa registrar os trabalhos apresentados em sessões orais do evento, alusivos a pesquisas que possuem como objeto o Desenvolvimento Regional.

A proposta desta antologia de resumos expandidos é fornecer referências para realização de novas pesquisas no campo do Desenvolvimento Regional, e ainda, a restituição à comunidade acadêmica e sociedade em geral de resultados alcançados através de estudos de problemáticas cotidianas do espaço amazônico – que resulta em um processo multilateral de empoderamento e construção de uma cultura científica mais sólida, democrática e plural.

Os trabalhos que compõem esta publicação representam a diversidade e relevância da produção científica do Mestrado Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá. O caderno de resumos dos diálogos discentes do I SPGDR/UNIFAP alude a cada de produção científica em desenvolvimento regional dentro da pós-graduação no estado do Amapá.

O caderno se divide em quatro grandes eixos temáticos que foram delineados buscando agrupar trabalhos com temáticas em comum: Eixo 01: Territorialidades, usos e articulações para o planejamento e desenvolvimento regional; Eixo 02: Os desafios e potencialidades da Economia e do Empreendedorismo no contexto regional; Eixo 3: O desenvolvimento regional na diversidade: Educação, Cultura e Sociabilidades e Eixo 4: Segurança, meio ambiente e sustentabilidade diante das especificidades regionais.

Agradecemos a todos os participantes, autores, organizadores, por aceitarem o desafio vanguardista da realização de um evento da pós-graduação da Universidade Federal do Amapá para tratar de uma temática que abrange a Amazônia em diferentes escalas, esferas e âmbitos, o Desenvolvimento Regional. Este evento foi proposto e auto-gestionado por uma comunidade criativa, inovadora e desejosa pelo desenvolvimento que tanto discutimos.

Comissão organizadora do evento.



Foto: Roni Mayer Lomba, Plantio de Soja em Paracuíba (AP)

1

AULA MAGNA

ASPECTOS DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO PERÍODO RECENTE: SOJA E AGRONEGÓCIO NO MATO GROSSO E LUCAS DO RIO VERDE¹

Roberto Luiz do Carmo²

Durante a década de 1970 havia grande preocupação estatal com a incorporação da região Norte e Centro-Oeste à economia nacional, sendo concretizada através de leis, instituições e programas governamentais, com o objetivo de resguardar as fronteiras nacionais, explorar do território, garantir o crescimento econômico, e atender às demandas do capitalismo internacionalizado (ZART, 1998). O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) contribuiu de forma notável neste processo, conforme afirma Teixeira (2000): “Entre 1970 e 1974, a prioridade era a colonização social, que optava pelos camponeses mais pobres. A partir de 1975 até o final da década, o Governo adota uma colonização comercial, marcada pela venda de grandes extensões de terra a empresas colonizadoras” (TEIXEIRA, 2000, p.6).

Nesse sentido, a incorporação de fronteira pelo capital teve três funções básicas principais no modelo agrícola brasileiro que possibilitaram a reformulação da estrutura da propriedade de terra:

No ‘plano Econômico’ a fronteira era um armazém de gêneros alimentícios básicos. No ‘plano Social’ a fronteira representava uma orientação dos fluxos migratórios. Era o locus da recriação da pequena produção, ou seja, o destino das famílias camponesas expropriadas e dos excedentes populacionais. E no ‘plano Político’, era a válvula de escape de tensões sociais no campo (TEIXEIRA, 2000, p.89).

A ocupação do território mato-grossense e, mais especificamente, da cidade Lucas do Rio Verde se encaixa nas três perspectivas. O INCRA foi o intermediador das ações do Estado nesta região. Sendo que a intervenção do Estado é ressaltada, pois é crucial na formação de fronteiras, impactando no direcionamento, financiamento e organização da expansão das fronteiras, segundo Carmo e Lombardi (2012).

Para Carmo e Lombardi (2012), a fronteira brasileira é caracterizada por três frases. A primeira fase caracterizada pela busca de terras com riquezas, onde a fronteira era legitimada por meio da ocupação e vinculada à grande propriedade rural, na época da colônia. A segunda etapa é ilustrada através da participação do governo como fundamental para formação das fronteiras nacionais, impactadas por um grande contingente populacional que, primeiramente ocupou o interior de forma precária, seguido de um grupo melhor estruturado com capacidade de introduzir um sistema agropecuário.

¹ Este texto é uma versão de excerto da publicação: CARMO, R.L.; CRAICE, C.; CAMARGO, K. C. M.; FURTADO, S. C. Urbanização e expansão da soja no cerrado: o caso de Lucas do Rio Verde (MT). TEXTOS NEPO (UNICAMP), v. 84, p. 1-62, 2018. Corresponde a uma parte da apresentação realizada na Universidade Federal do Amapá em 3 de novembro de 2016.

² Professor Livre Docente do Departamento de Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquo" (NEPO/UNICAMP). Presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2021-2022. Bolsista Pesquisa IPEA (Projeto "A Política Nacional de Desenvolvimento Regional e as capacidades governativas dos entes do sistema nacional de governança"), 2020-2021.

Esta segunda fase foi sustentada durante os governos originados do golpe militar de 1964, cujo objetivo era “impor a ordem ao caos do ambiente natural e com isso levar o progresso conseguido através da ocupação das áreas rurais com a produção agropecuária” (CARMO E LOMBARDI, 2012, p. 12). Nesse momento ocorreu o deslocamento de fluxos expressivos de migrantes em uma incessante busca por novas frentes de expansão.

As frentes de expansão chegaram ao fim em 1980, dando início à terceira fase da fronteira, quando o interesse de ocupação e exploração do território deixou de ser principalmente do governo e passou a ser de produtores agropecuários, que buscavam a expansão das áreas de produção e o aprimoramento da tecnologia utilizada para a integração ao agronegócio e produção e exportação de commodities. Carmo e Lombardi (2012) ainda ressaltam que os deslocamentos que antes eram direcionados às frentes de expansão se esgotaram e passaram a ser em direção às cidades.

O Centro-Oeste foi cenário de todas as fases da expansão das fronteiras. O Mato Grosso é um exemplo deste processo, cujo início se deu com o estabelecimento de pequenas propriedades de agricultores familiares, como relata Guimarães e Leme (1997), que viviam da atividade mineradora principalmente. A criação de bovinos e muare e a lavoura de subsistência contribuíram para a fixação do povoamento no interior, como mostram os autores: “A mineração promoveu o surgimento dos primeiros povoamentos, vilas e cidades, impulsionados pelos próprios requerimentos da atividade mineradora, enquanto a pecuária foi um auxiliar na fixação dessa população” (GUIMARÃES; LEME, 1997, p. 29). Até este momento, a estrutura fundiária estava vinculada à ocupação da área.

Ianni (1986) elucida que, após as políticas de incentivo do governo, foram implantados eixos de penetração rodoviária, polos agropecuários e agromineiros, além de instaladas redes de telecomunicação, entre outras medidas, o que atraiu o capital privado, interessado na exploração de riquezas regionais. Zart (1998) explica que estas políticas incentivaram as iniciativas privadas e passaram a ser direcionadas de acordo com os interesses das empresas particulares: “A direção que o Estado exercia dava-se conforme os interesses do capital monopolista nacional e internacional” (ZART, 1998, p. 61), o que gerou um controle do capital internacional sobre o solo brasileiro.

Nas décadas de 1970 e 1980 a maior parte dos incentivos particulares de colonização eram voltados para o Mato Grosso, devido às medidas tomadas pelo governo para o estímulo da exploração da região, por meio de projetos realizados, como o Programa de Desenvolvimento do Cerrado, Polocentro e o Programa de Polos Agropecuários e Agromineiros da Amazônia, o Poloamazônia (CARVALHO, 2011).

Enquanto isso, o Governo Federal fazia investimentos através da concessão de incentivos fiscais e financeiros e na infraestrutura, afirma Carvalho (2011), colaborando na implantação de projetos agropecuários por meio da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Parte das terras públicas e privadas do Mato Grosso foram compradas por empresários do Sul e Sudeste com apoio do governo Estadual e Federal.

Nesse contexto, a partir da década de 1970, na área de influência da BR163 foram implantados os Projetos de Assentamento Conjunto (PACs), que assentaram 5.113 famílias, com os incentivos nacionais à integração e ao avanço da fronteira na região. Os empreendimentos, públicos e privados, constituíram significativo avanço para a ciência e a

tecnologia regional, e também impactaram na construção de atrativos de ordem econômica e política na escala local, regional, nacional e mundial (BERNARDES, 2011).

Lucas do Rio Verde

Em especial a história da ocupação da área da Gleba Rio Verde tem início no ano 1976, no contexto desafiador que é produzir soja no Cerrado (ZART, 1998). O PAC Lucas do Rio Verde foi o maior projeto do Mato Grosso em termos de superfície, com cerca de 220.000 hectares, estabelecido em um território onde já existiam posseiros em mais de 65.000 hectares. Fato atípico já que os PACs normalmente são estabelecidos em áreas consideradas como “vazias”³. O projeto previa a venda de lotes de 200 hectares, cuja metade deveria ser mantida em reserva florestal. Os lotes deveriam ser pagos pelo colono em um prazo de 20 anos, ocupando, aproximadamente, 197 mil hectares de cerrados e fitofisionomias de domínio amazônico (DLUZNIEWSKI, 2006 *apud* LACERDA et al., 2015). A primeira ação para a construção da gleba urbana foi à instalação do 9º BEC (Nono Batalhão de Engenharia e Construção), encarregado de liderar a construção da BR 163, produto do PIN - Programa de Integração Nacional (ZART, 1998).

Como assinalado, antes do INCRA realizar o loteamento de terras⁴ já havia migrantes se aventuraram pelo local, fazendo lavouras, plantando arroz e soja (ZART, 1998). Em 1979 os posseiros já formavam 26 famílias. De acordo com Rocha (2008), essas famílias se tratavam de descendentes de imigrantes europeus que se fixaram nos núcleos coloniais na região sul do país e trabalhavam com agricultura e com criação de animais de pequeno porte para subsistência; e através do trabalho familiar adquiriram um pequeno patrimônio. O numeroso núcleo familiar e a modernização da agricultura dificultavam a reprodução social, viabilizando que parte da família migrasse para o Mato Grosso.

Rocha (2008) classifica tais posseiros na categoria “posseiros-empresários” em contraste aos “posseiros-camponeses” (que não possuíam capital para investir em modernização). Pois afirma que aqueles eram pequenos proprietários que estavam em transição para serem capitalistas. Os posseiros que não enfrentaram o INCRA na justiça pelo direito àquelas terras, e sim fizeram um acordo com a instituição, conseguiram prosperar na região. Inclusive, Rocha (2008) argumenta que existe a construção no imaginário popular luverdense de que os posseiros foram os desbravadores, os pioneiros do município. Mesmo que esses agricultores não se viam como posseiros, e consideravam-se donos legítimos das terras. Eles ainda fugiram da concepção que se tinha na época, de que os posseiros se vinculavam ao atraso, pois não tinham capital para investir em modernização.

Aliás, uma das características marcantes é que os posseiros não se reconhecem como empresários agrícolas, tampouco, como grandes produtores rurais, o que pela extensão de suas terras, pelo alto grau de tecnologia empregado na produção, pela organização do seu empreendimento agrícola é desta forma que usualmente seriam classificados. Ao contrário, se autodenominam como “empresários”, mesmo porque, se sentem e são legitimados pelos

³ O status de vazio desconsiderava as populações indígenas.

⁴ Tomar posse de uma área devoluta ou pertencente ao Estado é um processo ilegal, segundo o sistema jurídico do país (ZART, 1998). Mas é bom lembrar que essa prática é alimentada pelo próprio sistema legal, pois é permitido ao posseiro regularizar a posse e tornar-se proprietário legal da terra, como aconteceu no município estudado (ZART, 1998).

seus pares como “pioneiros” do município. Assim, a utilização do conceito de empreendedorismo em Lucas do Rio Verde está, do meu ponto de vista, relacionado com a construção do imaginário social em torno da figura do “pioneiro” (ROCHA, 2008, p. 06).

Um dos primeiros posseiros e desbravadores da região foi o seringalista Francisco Lucas Barros que explorava os seringais dos arredores da Gleba Rio Verde (ZART, 1998). Em homenagem ao pioneiro, os que estavam presentes na escritura da ata de fundação da cidade Lucas do Rio Verde em 05 de Agosto de 1982, puseram seu nome na cidade. Portanto, o nome do município vem de Lucas, o seringalista, junto de Rio Verde, nome do rio de importância singular para a localidade. Outras datas importantes para a formação de Lucas enquanto município foram: 1985, ano de criação do distrito de Lucas do Rio Verde; e 1986, momento da nomeação e posse do sub-prefeito do Distrito de Lucas do Rio Verde, o qual só foi emancipado em 1988 (PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE, 2007).

Desse modo, em 1981 a Gleba Rio Verde se torna um assentamento agrícola para as famílias provenientes do sul do país. Em vista de diminuir às tensões sociais que ocorriam na Encruzilhada Natalino, localizada no município de Ronda Alta (RS), onde havia um acampamento de Sem-Terra reivindicando Reforma Agrária (ZART, 1998). O governo federal declara o município como área para fins de Reforma Agrária, desapropriando grande parte da Gleba para assentar em torno de 900 famílias. O governo também regulariza as terras dos 85 posseiros (ZART, 1998).

Contudo, em harmonia com a proposta de Bernardes (2011), afirma-se aqui que a política de governo que previa a ocupação de territórios no Centro-Oeste não foi suficiente para a grande demanda pela terra existente:

Na prática, os processos de colonização pública e privada não conseguiram acompanhar o volume e a pressão dos fluxos migratórios e sua demanda por terras. Não obstante, deve-se considerar que, no contexto de reestruturação capitalista do Mato Grosso, a colonização, especialmente a privada, constituiu um grande agente transformador do mesmo (BERNARDES, 2011, p. 07).

De fato, ainda se reconhece que o processo de instalar parceiros não ocorreu sem conflito com os posseiros (ROCHA, 2008). Ressalta-se que não houve por parte do Governo Federal e nem do INCRA apoio efetivo aos posseiros e aos parceiros, o local não foi contemplado com estrutura pública e nem a promessa de apoio social destinada aos parceiros vindos de Ronda Alta foi implementada (CARVALHO, 2006).

Para Carvalho (2006), após dois anos de fracassos nas safras, os parceiros – que sofriam preconceito devido a sua situação social, que não tinham conhecimento tecnológico ou sobre cultivo nas terras do Cerrado, e que também não conseguiram saldar os financiamentos bancários e nem possuíam maquinários para tentar investir em mais um ano – se viram obrigados a vender por preços baixos suas terras para agricultores mais capitalizados ou abandoná-las. Apenas 18 famílias conseguiram persistir em seus lotes. Ocorrendo, portanto, concentração fundiária.

Outro grupo social que se estabeleceu na Gleba Rio Verde no período de sua formação enquanto município foram 50 famílias, vindas de São Paulo e ligadas à Cooperativa Agroindustrial Holambra, que criaram uma cooperativa em Lucas. As famílias receberam lotes do INCRA, e se tornaram responsáveis pela área social e assistência técnica aos parceiros e posseiros. Eles realizaram obras de infraestrutura em educação, saúde e lazer. A cooperativa veio a se chamar Cooperlucas, e fez uma parceria com o Banco do Brasil ajudando e beneficiando as famílias que a ela estavam relacionadas. Também firmou um acordo com a PRODECER, Programa Nipo-brasileiro

de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (ROCHA, 2008), sendo responsável pela seleção dos migrantes a serem assentados no projeto Piúva (área incorporada ao PRODECER II⁵).

Segundo Rocha (2008), os novos migrantes seriam aceitos se pudessem investir 20% do necessário com recursos próprios, de forma que o restante seria provido por financiamento, e os produtores também deveriam ter conhecimento ou interesse em investir em tecnologia. À vista disso, o ideário de Reforma Agrária instaurado na política de formação de Lucas do Rio Verde não se consolidou durante os anos seguintes.

Outra questão que não se pode deixar de evidenciar é que a agricultura no município de Lucas do Rio Verde efetivamente nasceu fazendo uso da tecnologia na produção. Ela não se modernizou; nasceu moderna produzindo soja e milho. O que é determinante para a significativa evolução do agronegócio com atração de grandes corporações do agronegócio e agroindústria para a localidade em pouco tempo.

É possível, portanto, estabelecer que o processo de ocupação do município de Lucas do Rio Verde ocorreu amparado pelas políticas públicas de âmbito nacional. O que repercutiu posteriormente na integração dessas áreas à economia globalizada através do investimento em *commodities* agrícolas (LACERDA et al, 2015). No entanto, o objetivo do desenvolvimento nessas áreas mudou, porque não se trata mais de distribuição de terras, povoamento, e fundação de cidades, e sim de incorporação de novas áreas ao processo produtivo, em uma expansão cada vez maior da exportação dos produtos agropecuários (LACERDA et al, 2015).

A partir da década de 1980 está em curso a reestruturação produtiva no país, que atinge a economia como um todo, inclusive a agropecuária. Neste sentido é importante ter em mente as transformações que isso ocasionou para o setor, pois:

[...] embora desde o início do comércio em grande escala a agropecuária comercial se desenvolva no país, caracterizando a história econômica e a ocupação do território, somente quatro séculos mais tarde ela apresenta mudanças radicais. Isto se deve ao fato de a revolução tecnológica também ter atingido essa atividade, que passa a incorporar os principais paradigmas da produção e do consumo globalizados, em consonância com as transformações gerais do restante da sociedade (ELIAS, 2006, p. 2).

Ou seja, há uma profunda mudança na forma de produção que extravasa a introdução de novas técnicas, e incide na própria organização da cadeia produtiva. A entrada de empresas transnacionais na produção, comercialização e esmagamento da produção de grãos - resultado da maior abertura econômica na década de 1990 - reorganizou a cadeia produtiva. As empresas transnacionais passaram a protagonizar a produção, pois cabe a estas a comercialização dos grãos a nível mundial.

⁵ PRODECER II - o projeto foi iniciado em 1985, abrangeu uma área maior que o primeiro projeto (restrito a Minas Gerais), foram 200 mil hectares de cerrado nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os investimentos japoneses foram de US\$ 350 milhões.

Por um lado, a associação com as transnacionais garantiria aos produtores inserção no mercado mundial. Por outro lado, as empresas processadoras possuem normas e padrões sobre as técnicas e produtos comercializados, o que cria uma dependência dos produtores dos serviços por elas oferecidos. As empresas, assim, atuam, além da compra dos produtos (soja e milho), na orientação de manejo e venda de insumos para o cultivo (sementes, pesticidas e nutrição), na venda de maquinários agrícolas até técnicas para a forma de colheita. A moeda de pagamento é a própria produção. A empresa de origem controla o mercado tendo em vista a monopolização do financiamento, além da própria distribuição tecnológica (CANO, 1995; ARACRI, 2010). Deste modo, a padronização da produção “dentro da porteira” (ARRUDA, 2007) garante uma produtividade padrão e evita à inadimplência dos produtores. Entretanto, tal controle não previne alguns problemas como adversidades climáticas, e, caso haja perdas significativas de produção, o ônus recai sobre o produtor.

A atuação das transnacionais se integra a de empresas contratadas para a realização de serviços diversos associados aos procedimentos tecnológicos que, no caso da produção agrícola, abarca assistência, aplicação de insumos, difusão de tecnologias.

Tomando como exemplo a Fiagril em Lucas do Rio Verde, a empresa controla a distribuição de defensivos agrícolas (Agripec, DVA e Syngenta), sementes (Adriana, Agromen, Fundação MT, Monsanto e Pioneer) e fertilizantes (Fertipar e Península). O pacote creditício inclui, além desses insumos, assistência técnica (regulagem dos equipamentos, elaboração de históricos de produção e análises de solo), capital de custeio (para a compra de outros itens, como combustíveis) e a agricultura de precisão para a aplicação dos adubos (ARACRI, 2010, p. 170).

Para Mato Grosso o momento de transição para o modelo em rede se deu nos finais da década de 1990, inicialmente com a Bunge (de origem holandesa) e Archer Daniel Midlands (ou ADM, norteamericana) (ARACRI, 2010). Atualmente outras empresas transnacionais incorporaram e implantaram desse modelo na região, como a brasileira Amaggi, a francesa Louis Dreyfus Commodities (ou apenas Dreyfus) e a americana Cargill, todas atuando no estado.

Além da entrada das transnacionais, a reestruturação agroindustrial também significou o entrelaçamento da cadeia grãos e carne (MAZZALI, 2000) fortalecendo o “pós-porteira”. O deslocamento da produção de grãos para o Centro-Oeste na década de 1970 culminou no processo de agroindustrialização da região a partir dos anos de 1980. A Sadia, ainda na década de 1970, implantou empresas especializadas na área de genética animal em Cáceres, ao sudoeste do estado, e em Várzea Grande (MT), entorno da capital Cuiabá; e ainda adquiriu um frigorífico nesta última. Porém, foi a partir de 1985 que as empresas líderes na indústria alimentícia, Sadia e Perdigão, investiram substancialmente no Mato Grosso (ESPÍNDOLA, 2014).

Os novos atores se beneficiavam da proximidade e da grande oferta da matéria-prima, a soja e o milho, para produzir ração a baixo custo (BERNARDES, 2010). E a região já contava com substancial concentração técnica. Todavia, a vinda dessas empresas foi impulsionada por vantagens concedidas pelos governos locais, como terrenos oferecidos para suas instalações, infraestrutura urbana e isenção de impostos por determinado período (BERNARDES, 2010).

Cabe ainda destacar que a entrada da cadeia carne-grãos no Centro-Oeste se desenrolou a partir de bases tecnológicas e modelos de procedimento de criação mais desenvolvidos que aqueles do modelo tradicional do Sul e Sudeste do país (BERNARDES, 2010; MAZZALI, 2000; ESPÍNDOLA, 2014). Tendo em vista a concentração da criação de aves e suínos em um número reduzido de produtores, o que viabiliza o maior controle das condições de produção por parte da empresa. Bernardes (2010) afirma que um módulo de criação de frangos no Mato Grosso equivale a sete em Santa Catarina, ou seja, a produção se encontra mais pulverizada entre os pequenos produtores no segundo caso.

O município de Lucas do Rio Verde tem destaque nacional e internacional nesse processo, com o expressivo aumento da produção de grãos – soja e milho – e a articulação da cadeia produtiva. Primeiro, sobre a produção de grãos, a produção de milho cresceu ao ano em 37%⁶ e a de soja em 18% entre 1991 e 2000, valor superior ao crescimento para o estado em geral que foi cerca de 10%. Já entre o período de 2000 e 2010 a produção continuou aumentando, porém em patamares menores, de 9% e 4%, respectivamente.

O segundo ponto sobre a articulação da cadeia grãos carne, a partir da década de 2000 houve a instalação de importantes complexos agroindustriais na região. Em Lucas do Rio Verde o início do planejamento da implantação de um frigorífico se deu por empresários locais pela Empresa Matogrossense de Alimentos, projeto que logo foi adquirido pela Sadia, atual BRF. As obras do complexo industrial iniciaram-se em 2006 e o funcionamento de fato aconteceu em 2008 e em 2010 já é possível expor dados referentes à década de 2000 que demonstrem a dinamização da produção. Com isso, observa-se o crescimento do número de cabeças de animais de criação, entre 1991 e 2000 a produção de suínos aumentou em Lucas do Rio Verde em torno de 30,2%, e a de galináceos 29,0%, em comparação com a retração em -2,4% de suínos e o aumento de 9,4% de galináceos no Mato Grosso. Entre 2000 e 2010 o cenário econômico em Lucas do Rio Verde se mantém, com o aumento de 15,7% na criação e cabeças de suínos e 47,3% de galináceos; em comparação com o aumento mais tímido de 9,7% e 9,9%, respectivamente, no estado.

Quando se acopla de uma forma tão integrada a agropecuária com a indústria em uma microrregião que possui uma forte economia baseada no agronegócio, é possível observar transformações na população do município. Entre 2000 e 2010 o número de habitantes mais do que dobrou, uma vez que passou de 19.316 habitantes para 45.556 habitantes.

Na Tabela 1 evidencia-se que Lucas do Rio Verde apresenta um intenso aumento populacional em números absolutos entre 2000 e 2010 (de 26.240 novos residentes, com crescimento de 8,9%), por mais que o município demonstre maior incremento populacional em termos percentuais entre 1991 e 2000 (12,5%, mas em termos absolutos são 12.623 moradores).

⁶ Dados da pesquisa da Produção Agrícola Municipal realizada pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) entre 1991 e 2010.

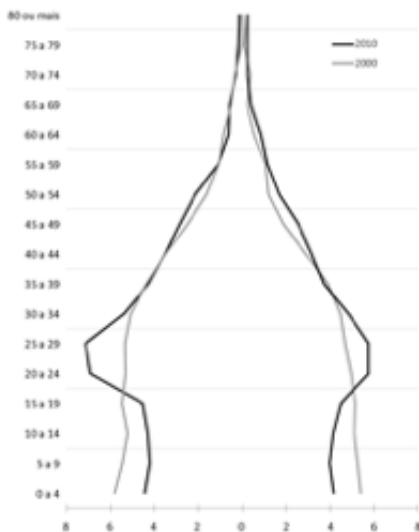
Tabela 1: População Residente e Taxa Geométrica Anual de Crescimento da População, segundo condição do domicílio, em 1991, 2000 e 2010.

Localidade	População Residente e Crescimento Anual														
	Total					Urbana					Rural				
	1991	%	2000	%	2010	1991	%	2000	%	2010	1991	%	2000	%	2010
Lucas do Rio Verde	6.693		19.316	8,96	45.556	4.332	15,74	16.145	10,15	42.455	2.361	2,99	3.171	-0,22	3.101
Alto Teles Pires	50.839	12,50	101.937	6,49	191.228	29.822	10,93	75.834	7,74	159.856	21.017	2,19	26.103	1,86	31.372
Mato Grosso	2.027.231	2,38	2.505.245	1,94	3.035.122	1.485.110	3,29	1.988.183	2,25	2.483.055	542.121	-0,47	517.061	0,66	552.067

Fonte: IBGE, Censos Demográfico 1991, 2000 e 2010.

A pirâmide etária na Figura 1 representa a distribuição da população de Lucas do Rio Verde de acordo com a idade e o sexo de seus habitantes, com a concentração da população residente por idade quinquenal, sendo o lado esquerdo referente à população de homens e o direito a de mulheres. É possível notar que entre 2000 e 2010 houve uma mudança na concentração etária da população, com aumento da proporção relativa, em especial, de pessoas entre 20 e 30 anos. Principalmente de homens nessas faixas etárias, o que pode indicar um afluxo de imigrantes. Também houve diminuição proporcional de crianças e adolescentes, menores de 19 anos; e um tímido aumento daqueles entre 40 e 59 anos de idade. Assim, nota-se uma influência da presença da integração da cadeia na estrutura da população, com um aumento significativo da proporção de homens jovens, em idade economicamente ativa.

Figura 1: Pirâmide Etária da População Residente em Lucas do Rio Verde em 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Até a década de 1990 a produção de grãos não era uma atividade econômica tão atrativa para a migração, já que a oferta de empregos era baixa devido à modernização da agricultura (mecanização) e a migração aconteceu principalmente por conta da expansão da fronteira agrícola e sua consolidação na década de 1980. Com as mudanças na produção relativas, a reestruturação produtiva e a instalação de complexos industriais, abrem-se novos postos de trabalho e novos fluxos migratórios. Impulsionado pela agroindústria, Lucas do Rio Verde se torna um município de grande interesse migratório.

Assim, para se compreender a mudança na população é necessário tratar a transformação na estrutura de mercado de trabalho. Na reestruturação produtiva consolida-se a agricultura como parte de uma cadeia produtiva mais complexa, que perpassa a mera produção do campo em si. Para além do que acontece “dentro da porteira”, especializam-se mais aspectos relativos ao “antes da porteira” (fatores como equipamentos e insumos que viabilizam a produção) e o “pós-porteira” (basicamente processamento e distribuição dos insumos agrícolas).

Essa é uma perspectiva trazida por Arruda (2007) que amplia a necessidade de se discutir a produção agropecuária para além do plantio. A cadeia grão-carne abaixo traz um panorama dos distintos processos que estão em torno na produção, porém que envolve outros atores com força de atuação mais importante do que os próprios produtores, como foi discutido anteriormente, e que agem nas etapas antes e pós porteira. Compreender as mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas decorrentes da chegada desses novos atores sociais e econômicos é fundamental para compreender os desdobramentos dos processos de desenvolvimento regional em suas próximas etapas.

Referências bibliográficas

- ARACRI, L. A. S. Informatização do cultivo da soja em Mato Grosso e suas repercussões territoriais. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. L. (Org.). **Geografias da soja**: BR-163, fronteiras em mutação. Rio de Janeiro, RJ: Arquimedes Edições, 2006.
- ARRUDA, Z. A. **Onde está o agro deste negócio?** transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 2007. 277f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.
- BERNARDES, J. A. Novas fronteiras do capital no cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Scripta Nova** – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 19, n. 507, p. 1-28, 2015.
- CANO, W. **Reflexões sobre o Capital Mercantil na Questão Regional e Urbana no Brasil**. Texto para Discussão IE/UNICAMP, Campinas, n. 177, maio 2010.
- CARMO, R.L.; GONCALVES, L. S.; FUSCO, W. . Percepção Ambiental em Municípios Industriais: os Casos de Paulínia e São José dos Campos. In: **Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2006, Campinas - SP: ANPPAS, 2006.
- CARMO, R; LOMBARDI, T. Fronteira agrícola e urbanização no estado do Mato Grosso: Aspectos e consequências sociais e ambientais. In: **Anais do LASA 2012**, San Francisco, 2012. Latin American Studies Association Congress, San Francisco, 2012.
- CARVALHO, E. S. **Mudanças e conquistas, história oral de vida de mulheres migrantes em Lucas do Rio Verde - MT (1980 a 2006)**. 2011. 210f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.
- ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. In: **Anais do 10º Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005, São Paulo, SP. Anais... São Paulo, SP: Agência FAPESP, 2005.
- ESPÍNDOLA, C. J. A internacionalização do agronegócio brasileiro de carnes: a trajetória da Brasil Foods. In: **Anais do 6º Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y ambientales**, 6., 2014, São Paulo, SP. Anais... São Paulo, SP: USP, 2014

GUIMARÃES, E.; LEME, H. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, D. J.; CARMO, R. L.; CUNHA, J. M. P. **Migração e Ambiente no Centro-Oeste**. Campinas, SP. NEPO/UNICAMP: PRONEX, 2002, p. 17-85.

HEREDIA, B; LEITE, S. PALMEIRA, M. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **RBCS**, v. 25 n. 74, 2010.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964 – 1978. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**, v. 37, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/PAM2010_comentarios.pdf.

LACERDA, N. P. et al. Globalização produtiva e a reconfiguração territorial no estado de Mato Grosso: o caso de Lucas do Rio Verde. In: **Anais do 8º Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2015, Santa Cruz do Sul, RS. Anais... Santa Cruz do Sul, RS: UNISC, 2015.

LIMA, C. Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 118, 2009.

LOVATTO, P. Dejetos. In. LOVATTO, P. A. **Suinocultura geral**. 2002.

MARTINE, G. Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil. In: MARTINE, G. e GARCIA, R.C. (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo, Caetés, 1987.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2000.

MONTAGNHANI B.; LIMA, A. Notas sobre o Desenvolvimento do Centro-Oeste e a Economia Brasileira. **Revista de Estudos Sociais**, v. 13, n. 26, 2011.

RIBEIRO, K.; TAVARES, L. Desenvolvimento da avicultura de corte brasileira e perspectivas frente à influenza aviária. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 1, p. 79-88, 2007.

RIO VERDE. Prefeitura de Lucas do Rio Verde. **Plano diretor 2007**: reavaliação, atualização e implementação. Lucas do Rio Verde, MT, 2007.

ROCHA, B. N. Posse da Terra e Diferenciação Social em Lucas do Rio Verde (1970-1980). **Anais do 13º Encontro de História Anpuh**, Rio de Janeiro, 2008.

SCHLESINGER; S.; NORONHA, S. **O Brasil está nu!** O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

TEIXEIRA, C.; Estudo Do Potencial De Geração De Energia Elétrica No Município De Ipojuca/Pe, Através Da Utilização De Biogás. **Anais do XXXII Encontro Nacional De Engenharia De Produção**, 2012.

ZART, L. L. **Desencanto na Nova Terra: Assentamento no município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina,



Foto: Jadson Porto, Vitória do Jari (AP) , Empresa Caulim da Amazônia ao fundo.

2

TERRITORIALIDADES, USOS E ARTICULAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AGRICULTURA FAMILIAR E O PRODUTO ORGÂNICO NO ESTADO DO AMAPÁ: SUA IMPORTÂNCIA E SEUS DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE

Ana Karolina Bezerra Lima

Esta trabalho acadêmico busca estudar o agricultor familiar e seu papel para o desenvolvimento sustentável com a produção de produtos orgânicos. A metodologia de pesquisa utilizada no trabalho foi de caráter bibliográfico, onde se estudou os temas, relacionando-os e trazendo para a realidade do estado do Amapá. Como resultado, viu-se que a atividade agrícola é uma prática histórica do homem e que permitiram a formação dos primeiros aglomerados humanos do estado. Desde então a agricultura modernizou com a introdução de novas tecnologias nos campos, o que fez aumentar a produtividade e atender a demanda mundial e causando grandes impactos ambientais. Diante desta problemática, viu-se a necessidade implantar uma metodologia de produção que atenda medidas de manejo ambiental, bem-estar dos trabalhadores, segurança alimentar, e transparência e rastreabilidade do seu produto. A partir de então, começou-se a trabalhar com o conceito de agricultura sustentável, prática esta que hoje é realizada (em sua maioria) pelo agricultor familiar que a faz desenvolver de forma adequada, fornecendo assim para a sociedade amapaense uma gama de variedade de produtos orgânicos, que são produzidos sem a utilização e produtos químicos; onde o solo utilizado para seu plantio é livre de defensivos agrícolas; o alimento é saudável e natural; permite o manejo sustentável do ambiente de forma equilibrada. Por fim, vê-se que o desenvolvimento da agricultura familiar não pode ser tratado com políticas e instrumentos isolados; é necessário que o processo tenha uma visão global do problema; é necessária a criação de uma estratégia de desenvolvimento nacional.

ANÁLISE DE PROCESSOS EROSIVOS DA ORLA URBANA DE FERREIRA GOMES – ESTADO DO AMAPÁ

Eliakim Santos Silva

A dinâmica de processos erosivos, fator natural presente na evolução do relevo terrestre, têm sido considerada como uma das maiores problemáticas ambientais do mundo. Dependendo da forma como ocorre, provoca a degradação do solo e o comprometimento de recursos hídricos, além de afetar direta e indiretamente a sustentabilidade de diversas atividades humanas. O objetivo deste trabalho é avaliar através de dados preliminares, os efeitos da erosão e a atuação de variáveis locais sobre a morfologia da orla urbana do município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá. Além da fundamentação bibliográfica necessária ao trabalho, houve para este estudo a aquisição de informações georreferenciadas, gráficos e tabelas sobre aspectos sócio-ambientais da área estudada, além de trabalhos de campo para o reconhecimento e caracterização da área em estudo, instalação de estações de monitoramento de erosão, e coleta de amostras para apreciações sobre as características do solo local. Avaliou-se que, de maneira geral, os fatores controladores de erosão desempenham significativas funções na regulação de processos erosivos na orla urbana municipal, tal como a literatura científica sugere. Então, avaliar este processo através da correlação de variáveis locais é essencial à análise do universo que compõe a problemática identificada, sendo também um importante fator para a elaboração de estratégias de intervenção na área estudada.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DA ATIVIDADE MADEIREIRA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS PANCADA DO CAMAIPÍ (MAZAGÃO) E NOVA CANAÃ (PORTO GRANDE)

Géssica Nogueira dos Santos

O extrativismo madeireiro possui representatividade no meio rural amazônico, sendo uma alternativa de renda para muitas populações rurais. Com relevante atuação nos assentamentos rurais do estado do Amapá, a atividade madeireira atua no território amapaense através de uma dinâmica contraditória e complementar que expõe a (i)legalidade quanto ao uso de seus produtos. O Amapá vivencia sua primeira experiência estadual de manejo de florestas públicas. A Floresta Estadual do Amapá (FLOTA-AP) encontra-se em processo licitatório de seu primeiro módulo à ser manejado industrialmente. Perante esta nova política florestal, é necessário discutir a questão quanto as comunidades do entorno da FLOTA-AP que possuem a atividade madeireira como parte importante da composição da renda anual da população. Portanto, este estudo aborda a cadeia produtiva da madeira estudada através da análise comparativa dentro de uma abordagem territorial de dois assentamentos rurais do Amapá, no período de análise de 1996 a 2016. A área de estudo consiste em dois assentamentos localizados no entorno módulo II da FLOTA-AP: o (1) assentamento Pancada do Camaipí, em Mazagão e o (2) assentamento Nova Canaã, em Porto Grande. A metodologia a ser utilizada orienta-se a partir da seguinte pergunta norteadora: como o território dos assentamentos rurais Pancada do Camaipí e Nova Canaã é usado pelas dinâmicas da atividade madeireira? Esta análise do uso do território exploratório madeireiro amapaense endossará as discussões da prática produtivista florestal madeireira em prol de implicações no processo de uso do território para a produção primária no Amapá.

A PRODUÇÃO TERRITORIAL DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO RIO ARAGUARI ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PORTO GRANDE E FERREIRA GOMES (AP)

Katrícia Milena Almeida Corrêa

O estudo aborda sobre a produção territorial resultante da implantação do Complexo hidrelétrico do rio Araguari localizado nos trechos médio e baixo Araguari, entre os municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes-AP. A motivação da pesquisa parte em compreender como se dá a organização territorial amapaense diante de grandes projetos de infraestrutura, especificamente, os empreendimentos hidrelétricos localizados ao longo do rio Araguari. O estudo visa explicar o que se entende por Complexo Hidrelétrico do rio Araguari (como foi concebido e como se apresenta) entre os municípios amapaenses supracitados, bem como as dinâmicas sócio-espaciais resultantes, em especial as urbanas e rurais, dentro de uma abordagem investigativa diante dos instrumentos legais de planejamento urbano desenvolvidos para aquele perímetro. Especificamente, busca-se ainda: abordar sobre os empreendimentos hidrelétricos no contexto nacional, regional e local; discutir a formação de grupos econômicos do setor energético; descrever os efeitos urbanos e rurais gerados pela produção do complexo hidrelétrico do rio Araguari entre os municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes-AP. A abordagem recorre-se à pesquisa bibliográfica, à de caráter descritivo-explicativo com estudo de caso e à pesquisa de campo, que inclui técnicas de observação, documentação com registro e sistematização dos dados com auxílio de instrumentos cartográficos, fotográficos e outros. A partir do panorama sobre o Complexo Hidrelétrico e seus efeitos no rio Araguari a pesquisa propõe um aprofundamento no estudo de caso. Por fim, ao conceituar o Complexo Hidrelétrico do rio Araguari são descritas as relações resultantes entre os empreendimentos hidrelétricos e o território.

MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA NO AMAPÁ: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA RESSACA DA PEDREIRA

Ao se falar do modo de vida e territorialidade quilombola é importante lembrar que está se discutindo a respeito de um grupo reconhecido como sujeito de direito, determinado pelo artigo 68, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. O quilombola se insere como mais um ator social em meio ao cenário de luta e redefinição do espaço agrário amapaense, sendo que, dentro das discussões sobre desenvolvimento rural, representam os elementos de uma nova ruralidade. A pesquisa tem como objetivo geral compreender o dinamismo do modo de vida e territorialidade quilombola da comunidade Ressaca da Pedreira visualizando os conflitos fundiários. Os objetivos específicos serão: Investigar como o modo de vida quilombola da comunidade Ressaca da Pedreira se recria e desenvolve-se na área; analisar quais práticas afirmativas contribuem para o processo de territorialidade na comunidade Ressaca da Pedreira e averiguar os conflitos fundiários existentes na comunidade. A metodologia empregada será o levantamento de bibliografias e trabalhos em campo acompanhado de séries fotográficas e entrevistas, cuja pesquisa é de cunho qualitativo, no qual os elementos analisados na investigação não podem ou não deve ser quantificada. Nisso as questões aqui apresentadas trilham os caminhos dos significados, que se expressão em motivações, atitudes, crenças, valores e aspirações que representam parte da realidade social.

DIREITO À CIDADE NO MEIO AMBIENTE URBANO NA AMAZÔNIA

Simone Dias Ferreira

As cidades e suas formas de organização têm fortemente influenciado no modo de vida e na cultura das populações. A Carta Mundial do Direito as define como sendo espaços com grande diversidade de riqueza econômica, ambiental, política e cultural. Neste estudo propõe-se uma reflexão sobre o direito à cidade no contexto das sete cidades capitais da Amazônia brasileira com ênfase para o entendimento dos princípios do direito à cidade tratados no Estatuto da Cidade. O trabalho se fundamenta em uma pesquisa nos estudos disponíveis na literatura clássica que trata do direito à cidade e também em diversas pesquisas desenvolvidas na região amazônica. Têm por objetivo apresentar as fragilidades institucionais desses núcleos urbanos, a partir da análise da atual configuração do espaço e os desafios para efetividade do direito à cidade. O resultado mostrou que direito à cidade nas cidades capitais da Amazônia só pode ser aferido através da mensuração dos benefícios sociais acessados pela população, ou seja, quanto maior benefício recebe o município maior é a efetividade do direito à cidade. Portanto, na prática isso significa compartilhar de forma igualitária ônus e bônus de uma cidade democrática e sustentável, pois quando os benefícios são fragmentados ou garantidos somente para algumas camadas da sociedade, além de se gerar impacto social, econômico, urbano e ambiental negativo também se torna utópico a efetividade do direito à cidade, institucionalmente essa seria a maior fragilidade dos núcleos urbanos na Amazônia.

PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS NA ORLA FLUVIAL DE SANTANA: APORTES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Telma Maria da Silva Viana

A cidade de Santana-AP, banhada pelo majestoso rio Amazonas, tem sua gênese marcada por esse elemento natural que orientou a sua formação sócio-espacial e permanece orientando as investidas para o desenvolvimento da cidade e do estado do Amapá, sendo comumente identificada nos discursos políticos e do senso comum, como a cidade que agrega o grande potencial para o desenvolvimento local e regional, sua orla portuária. Mas que desenvolvimento é esse? E a quem ele irá beneficiar? História recorrente nas cidades da Amazônia, a prática da exploração dos recursos naturais e de áreas de posição estratégica como entreposto comercial na região, se estabeleceu na cidade de Santana como sinônimo de desenvolvimento, contudo, são investimentos pontuais em favor do grande capital, realizados sem acompanhamento de um planejamento eficaz do Estado e menos ainda com a participação da sociedade local. Essa dissertação versa sobre o planejamento e a gestão urbanos como aportes para o desenvolvimento local e discute algumas políticas de desenvolvimento urbanos voltadas à cidade de Santana e para sua área de orla fluvial. A base de análise empírica definida para este estudo foi uma fração da orla fluvial urbana da cidade – a Orla Central, a qual será alvo de análise da implementação de diretrizes dos instrumentos de planejamento e gestão urbanos previstas em leis, programas e projetos de intervenção urbana específicos para esse espaço que sintetiza os usos e atividades presentes na dinâmica da totalidade da orla fluvial urbana da cidade de Santana.



Foto: Jadson Porto, Porto graneleiro de Santarém (PA)

3

OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA ECONOMIA E DO EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO REGIONAL

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: OS IMPACTOS ECONÔMICOS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO AMAPÁ

Bruno Ricardo da Silva de Castro

O agronegócio vem sendo amplamente discutido como estratégia de desenvolvimento econômico para o território amapaense. A exploração dos 6,7% do cerrado do Amapá, onde 400.000 ha podem ser destinados e explorados com a produção de grãos, proporcionará o fortalecimento de uma economia onde a maioria de seus produtos é fornecida por outras regiões do país. O trabalho tem como objetivo analisar os impactos econômicos da expansão do agronegócio no Amapá e para a realização da pesquisa utilizou-se a abordagem qualitativa, com acesso a acervos bibliográficos. Nali de Souza menciona que o desenvolvimento se caracteriza pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, justamente com a melhoria do nível de vida da população e que o desenvolvimento econômico implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com a melhoria da produtividade, e da renda média da população. O agronegócio seria a soma das operações de produção, circulação e distribuição dos suprimentos desde os investimentos realizados, abrangendo os setores de produção, comercialização, até o consumo final. O aprofundamento das discussões provocado pela expansão da produção de grãos no Amapá, também está contido, em refletir sobre como potencializar os resultados econômicos a partir do agronegócio que até 2012 representava 3,2% do Produto Interno Bruto do Amapá e que ao fim de 2015 já conta com mais de 18.000 há plantados no cerrado amapaense.

A CONTRIBUIÇÃO DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MACAPÁ (AP) PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Deliane Pessoa Santos

O tema da presente pesquisa consiste em discutir sobre o papel do empreendedorismo e da Inovação nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs) na cidade de Macapá (AP) diante da premissa da sua contribuição para o desenvolvimento regional. O objetivo geral deste estudo consiste em analisar as dimensões qualitativas e quantitativas do princípio inovador presente em atividades empreendedoras como MPEs, com foco na sua específica contribuição face ao processo de crescimento e desenvolvimento econômico da cidade de Macapá. Pretende-se também avaliar o grau de inovação das MPEs, bem como analisar as ideias e concepções sobre o que é inovação para tais agentes de Macapá. Entende-se como fundamental compreender a importância das MPEs diante da premissa de que inovar é preciso para desenvolver a região, proporcionando saltos quantitativos e qualitativos de competitividade ao sistema produtivo e de circulação de capitais. Nesta perspectiva, compete então, a pergunta: qual o papel do empreendedorismo inovador como força motriz para o desenvolvimento das MPEs de Macapá? Esta pesquisa utiliza o método qualitativo, o método de procedimento de estudo de caso, e técnicas de pesquisa de observação como entrevistas, pesquisas de mercado e diagnósticos-radar da inovação. Pretende-se gerar análises e dados relativos ao desenvolvimento da premissa inovativa das MPEs em Macapá e, por fim, que tais resultados obtidos contribuam para o desenvolvimento da pesquisa regional aplicada. Com sorte, tais apontamentos podem subsidiar políticas de planejamento estratégico, público e/ou privado, e ainda fomentar novos estudos e interpretações.

O MICROCRÉDITO NO AMAPÁ: UM ESTUDO DA LINHA AMAPÁ SOLIDÁRIO – AMASOL, DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO AMAPÁ (AFAP)

Franquiléia Lima Bezerra

A temática do microcrédito, bem como do desenvolvimento local, tem despertado o interesse quanto à pesquisa em relação ao assunto nos países subdesenvolvidos. Para muitos estudiosos o microcrédito é entendido como um instrumento importante para o estímulo ao desenvolvimento econômico desses países, além de ser um mecanismo de estímulo a geração de emprego e de diminuição da pobreza. Assim, o microcrédito espalhou-se pelo mundo como instrumento de transformação social e econômica, na qual a ausência de incentivos, aliada à pobreza já existente, reforça as condições de privação das pessoas menos favorecidas. Nesse sentido, o uso do microcrédito pode ser um instrumento de amplo alcance às comunidades mais pobres, na promoção de mudanças sociais e acesso ao fomento do desenvolvimento regional. Esta pesquisa teve como objetivo analisar qual a linha de crédito mais contratada pelos Empreendedores formais e informais junto a Agência de Fomento de Macapá – AFAP, uma das principais referências na operacionalização do microcrédito em Macapá. O resultado da análise com base nos últimos cinco anos evidenciou que a linha de crédito Amapá Solidário – AMASOL obteve aproximadamente 3mil contratações no período de 2010 a 2015, gerando um volume de recursos aplicados da ordem de 8.653.913,16 (oito milhões seiscentos e cinquenta e três mil novecentos e treze reais e dezesseis centavos). Seu protagonismo pode ser justificado por suas taxas de juros que vão de 0,5% ao mês podendo chegar ao máximo até 2,5% ao mês, taxas bem inferiores se comparada à evolução das taxas dos outros bancos públicos e privados do sistema de crédito tradicional como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Diante deste cenário é possível inferir que os tomadores de crédito estão se beneficiando do microcrédito e contribuindo com o aumento dos indicadores de desenvolvimento econômico e regional do estado do Amapá.

A VULNERABILIDADE E A DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE COM O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Gaspard Octeus

Hoje, existem em todos os níveis da sociedade e praticamente em todas as nações, uma crescente conscientização e uma preocupação com os problemas ambientais. Com a revolução industrial nos séculos XVIII e XIX, o desenvolvimento e a melhoria de bem-estar condicionam o crescimento econômico, pois o crescimento acelerado, apenas tendo por meta lucro representa uma ameaça indiscutível para o meio ambiente. Neste sentido este trabalho tem como objetivo, fazer uma reflexão crítica das relações entre o crescimento econômico e a degradação do meio ambiente. Em primeiro lugar, mostrar que o crescimento infinito em um mundo com recursos limitados é impossível. Segundo o relatório de desenvolvimento humano 2013 (PNUD), o mundo pode viver uma catástrofe ambiental em 2050, apesar dos investimentos em energias renováveis e sustentabilidade. Em seguida apresenta as interações entre os tipos de capital (humano, natureza, social e instituições, econômico) e seus efeitos sobre o bem-estar. Discute-se os diferentes problemas provocados pelo crescimento econômico na degradação do meio ambiente e também as responsabilidades dos homens frente a natureza, bem como o desenvolvimento sustentável e os limites do crescimento aposta dos recursos cada vez limitados da natureza. Para tanto, foi utilizada pesquisa bibliográfica e documental como subsídio ao trabalho.

CRIMES AMBIENTAIS NO ESTADO DO AMAPÁ: MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO

Sancler Eugenio Souza Santos

O Estado do Amapá é rico em biodiversidade, e há, acredita-se, uma grande incidência de crimes ambientais contra tal riqueza; neste contexto, a prevenção de tais crimes é essencial para a manutenção da qualidade de vida de todos os seres, e a presente pesquisa tem como temática a segurança pública no contexto do desenvolvimento regional e da sustentabilidade, através do estudo dos principais crimes ambientais ocorridos no Estado do Amapá registrados pelo Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Amapá (BPMA), através de seus Autos de Infração Ambiental, para a criação de um mapa criminológico até então inexistente. Tal mapa poderá subsidiar ações de planejamento de prevenção e repressão de crimes ambientais, bem como de educação ambiental, especialmente pelos órgãos policiais ambientais do estado, como o BPMA e Delegacia Especializada de Crimes contra o Meio Ambiente (DEMA), e órgãos licenciadores e fiscalizadores ambientais, como o Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial (IMAP) e Secretarias Municipais de Meio Ambiente. A necessidade de um mapa criminal contendo exclusivamente dados sobre a violência ambiental se deve ao fato de que o BPMA, um dos principais órgãos detentores do poder de polícia ambiental da administração pública, por atuar na linha de frente da prevenção e repressão dos crimes ambientais, executa suas ações de forma aleatória e reativa, baseadas normalmente em denúncias da população, não exercendo eficientemente nem a repressão, tampouco a prevenção de tais crimes, por não possuir informações que permitam um planejamento estratégico que resulte em ações eficientes de combate à violência ambiental.

AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ESTADO DO AMAPÁ

Simona Kattrynna Almeida da Silva

A agricultura familiar é aquela onde a gestão da unidade produtiva é feita por pessoas que mantêm entre si laços parentescos e casamento. Os agricultores familiares são os que mais geram empregos e fortalecem o desenvolvimento local, pois distribuem melhor a renda, além de serem os responsáveis por uma parte significativa da produção nacional, buscando equilibrar o uso dos recursos naturais atuando ativamente no processo de transição para uma agricultura sustentável e, principalmente potencializando a economia dos municípios onde vivem. Neste sentido, este trabalho objetivou demonstrar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local no Estado do Amapá. Para esta pesquisa, foram abordados conceitos e percepções em torno da agricultura familiar e do desenvolvimento local. Como proposta metodológica, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfico e exploratório de caráter secundário. Os resultados demonstram que a agricultura familiar contribuir para o fortalecimento da produção de alimentos para o abastecimento do mercado amapaense, além de fixar o produtor rural no campo e assim diminuir com êxodo rural. A produção da agricultura familiar no estado do Amapá é responsável por produzir 93% 3 do Feijão e 88,83% da farinha de mandioca que abastecem o mercado local. Por fim, menciona-se que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa Territorial de Agricultura Familiar e Floresta, Plano de Aquisição de Alimentos, e o Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá, se constituem como um instrumento de política pública importante para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local.

ATIVIDADE PESQUEIRA COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

Úrsula da Silva Morales

A pesca nas sociedades primitivas representava importante fonte de alimento. Através de revisão de literatura, objetivamos analisar a importância da pesca para o desenvolvimento da Região Amazônica. A atividade pesqueira na Amazônia se diferencia em relação as demais regiões brasileiras pela riqueza de espécies exploradas, pela quantidade de pescado capturado e pela dependência da população tradicional desta atividade, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para sua população, especialmente a que residem nas margens dos rios. A pesca artesanal é praticada por núcleos familiares que vivem em comunidades e têm em sua cultura, crença e religião uma forte ligação com o ambiente. Apesar da região amazônica deter a maior diversidade biológica e um dos ecossistemas mais produtivos do planeta, é uma região que tem enfrentado grandes desafios para se desenvolver de forma sustentável. Os problemas enfrentados vão desde à própria atividade pesqueira, aquicultura, tecnologia do pescado, insuficiência de recursos humanos e financeiros e, bem como a falta de conscientização de pescadores e da sociedade em geral sobre a real importância da preservação e uso responsável desses recursos. Entretanto, a preservação não deve ser uma atribuição apenas dos que participam diretamente da pesca, mas de pecuaristas, indústrias, fazendeiros, consumidores, poder público e sociedade em geral. Estudos, pesquisas, acordos e leis restritas à área da pesca e dos recursos pesqueiros formam importantes instrumentos para o avanço do conhecimento, da interação entre o homem e o meio ambiente, assim como em subsídios para o desenvolvimento econômico sustentável da região.



Foto: Jadson Porto, loja de remédios caseiros em Monte Alegre (PA)

4

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA DIVERSIDADE: EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIABILIDADES

DESENVOLVIMENTO COMO EDUCAÇÃO: RESULTADOS DO ENSINO MÉDIO EM MACAPÁ (1988-2013)

Antonia Deusa Sá

Este trabalho consiste numa análise da importância da educação como capacitação para a liberdade social necessária à promoção de outras liberdades individuais substantivas, como liberdade política e acesso a serviço de saúde, consideradas constitutivas do desenvolvimento que implique impacto positivo nas características socioeconômicas de uma população, pois o acesso e êxito à educação de qualidade são necessários ao exercício da cidadania plena. Nesse sentido, um estudo da educação básica amapaense é de suma importância para orientar políticas públicas que aprimorem as condições de vida da população. Partindo da reflexão sobre a evolução política e econômica do estado, desde a estadualização pela Constituição Federal de 1988 até o ano de 2013, desenvolve-se uma análise comparativa dos índices econômicos e demográficos com os índices de educação básica, especificamente os índices do Ensino Médio na cidade de Macapá. A ênfase é dada sobre as mudanças e avanços prescritos na CF/88 no que tange à educação e como estes avanços foram implementadas na educação pública amapaense, através de uma ampla avaliação dos resultados do Censo Escolar da Educação Básica: a estrutura física e pessoal do sistema estadual de ensino para o Ensino Médio; como as políticas educacionais nacionais foram implementadas e aprofundadas na região; os índices de rendimento e movimento escolar dos alunos do Ensino Médio, bem como o desempenho destes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O objetivo é prover indicadores locais que sirvam de referência para o Plano Estadual de Educação do Amapá e o necessário pleno desenvolvimento humano da região.

RELAÇÕES HISTÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS ENTRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

Heluana Quintas de Lima

O desenvolvimento tem concepções diferentes, manifestando-se mundial, regional e localmente de maneiras variadas. Permite uma multiplicidade de abordagens, ora excludentes, ora complementares e, por isso, está permanentemente sujeito às críticas teórico-metodológicas. As narrativas sobre o 'desenvolvimento' não perfilam exclusivamente teorias (Teoria da Modernização, Teoria do Desenvolvimento Econômico, Teoria do Desenvolvimento Sustentável, etc), mas compõem também formas de intervir na sociedade. Nesta perspectiva, o desenvolvimento pode ser compreendido como um fenômeno social, visto que atinge uma coletividade de atores beneficiários ou negligenciados, partícipes ou expectadores das estratégias implementadas. As propostas contemporâneas buscam um enfoque mais integral, holístico ou multidisciplinar, visto que, historicamente, atribuiu-se 'crescimento econômico', 'crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)' ou 'incremento na economia' como métrica oficial ou condição exclusiva do desenvolvimento. As recentes abordagens permitiram a ampliação desta noção, permitindo justapor-se questões de maior alcance, como a preservação de recursos naturais, o acesso a bens e serviços públicos de qualidade, etc, do mesmo modo que apontam para outras dimensões tais quais a ambiental, social, demográfica e a cultural. Esta última, foco deste trabalho. O objetivo é demonstrar a relação histórica e epistemológica existente entre cultura e desenvolvimento, compreendendo que a partir deste breve percurso seja possível elucidar sobre o papel da cultura conforme a compreensão de desenvolvimento colocada até a contemporaneidade. Constatou-se que o crescente interesse pela dimensão cultural do desenvolvimento, ampliou esta noção e tornou-os indissociáveis, provocando variadas leituras sobre a imprescindibilidade da cultura na globalização e no direito ao desenvolvimento.

A COR DA MÍDIA: A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA IMPRENSA DO AMAPÁ

Jacks de Mello Andrade Junior

Considerando a histórica vulnerabilidade dos negros no Brasil, resultado de heranças como escravidão, colonização e discriminação, considerando que a população do estado do Amapá é composta majoritariamente por negros, 78,9%, e considerando a função social dos veículos de comunicação e sua influência na formação da opinião pública, este projeto pretende analisar a presença, a participação e a representação do negro nos textos de conteúdo informativo produzidos e divulgados pelo principal site de notícias do estado do Amapá, o portal G1, integrante da Rede Globo de Comunicação, presente em todos os estados do Brasil. Serão coletadas matérias publicadas no intervalo de 12 meses, compreendendo julho de 2015 a junho de 2016, utilizando abordagens quantitativas e qualitativas nas diferentes análises necessárias a esta pesquisa. A comunicação encontra-se profundamente relacionada às mudanças sociais, uma vez que ela apresenta um potencial significativo para influenciar, fortalecer ou ampliar os diversos movimentos sociais. Nesse sentido, os meios de comunicação podem, de acordo com sua capacidade de informar a população, e devem, de acordo com o que determina a Constituição Federal, contribuir para que o racismo seja reconhecido e combatido pela sociedade de forma a cessar o processo de exclusão e marginalização do negro. A hipótese trabalhada é a de que os meios de comunicação no Amapá não cumprem essa função de forma adequada. Nesse cenário, a pesquisa ainda pretende apontar as contribuições da Educação como caminho para a promoção da igualdade racial na imprensa amapaense.

AS EFAS E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO AMAPÁ: UMA ALTERNATIVA PARA EDUCAÇÃO NO CAMPO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Josiane Pereira Cardoso

A educação no/do campo, por muito tempo ficou fora dos grandes debates nacionais e locais, isso se deve a muitos fatores, principalmente pelo descaso com as pessoas que vivem no campo. No entanto, mesmo com todos seus entraves por falta de políticas públicas, esta educação está assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ocasionando a essas pessoas, há muito desfavorecidas, que obtivessem algumas conquistas como escolas e cursos voltados para a realidade local. Dentre essas conquistas, a Pedagogia da Alternância, uma metodologia utilizada pelas EFAs, foi incluída como proposta metodológica adequada às necessidades do campo. Neste viés, este trabalho tem o objetivo de discorrer sobre as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) no Amapá e sua proposta metodológica, a Pedagogia da Alternância (PA), a qual já tem intrínseco em sua filosofia o desenvolvimento com sustentabilidade. O período escolhido para este estudo compreende os anos de 1989 a 2015, desde o momento em que as EFAs foram implantadas até suas atuais realizações quanto instituição educativas. O método utilizado foi o Dialético e as técnicas de coleta foram o levantamento documental, bibliográfico e entrevistas, as quais fundamentaram e asseguraram a compreensão relacionada ao tema em questão. Durante o levantamento bibliográfico, percebeu-se quão grande é o potencial das EFAs e sua atuação no campo para uma educação de qualidade. Sua proposta pedagógica está diretamente conectada com as necessidades do jovem/homem do campo que por sua vez tem uma infinidade de recursos naturais que precisam ser “explorados” de forma eficiente e consciente.

CAPOEIRA: DA CRIMINALIZAÇÃO À PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE

Luiz Fernando Carneiro Guimarães

O trabalho tem como objetivo analisar a trajetória da Capoeira desde a diáspora africana, período marcado pela histórica locomoção da população africana ocorrida pela imigração imposta pelo tráfico de escravos, até os dias atuais. A Capoeira é uma expressão afro-brasileira marcada, principalmente, pela sua corporeidade multidimensional (é ao mesmo tempo dança, jogo e luta), pela sua historicidade, pela sua (i)legalidade e pela sua africanidade, que contribuíram para que ela fosse levada da criminalização pelo Código Penal em 1890 à patrimônio cultural imaterial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 2014. Essas políticas de reconhecimento fundamentadas em ações de valorização da Capoeira, (re)afirmaram, por exemplo, a enorme expansão e globalização dessa manifestação, que chegou a alcançar mais de 150 países. Com base nisso, parte-se para um estudo historiográfico, a fim de (re)afirmar à sociedade a importância da Capoeira como um espaço da expressividade e da resistência do negro.

O DESENVOLVIMENTO COMO DIREITO: OS PROJETOS DE FUTURO DA JUVENTUDE DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO SUL DO AMAPÁ

Marlo dos Reis

O presente trabalho se inscreve na lógica de pensar o Desenvolvimento como Direito das populações tradicionais do sul do Amapá. Está ancorado nas disciplinas realizadas e leituras dos teóricos aprofundados no Mestrado de Desenvolvimento Regional da UNIFAP/2016 e na pesquisa “Juventude Rural e Projeto de Vida” do Grupo de Pesquisa “Juventude Rural, Educação do Campo e Movimentos Sociais na Amazônia” – JUREMA. Este artigo pretende apresentar os conceitos de Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento como Direito referenciados nos escritos de Souza, Abramoway e Piovesan que embasam a discussão acerca das possibilidades de reprodução dos modos de vida tradicional na realidade da sucessão hereditária nas reservas extrativistas, no campo, nos rios e florestas do Amapá. A pesquisa pretende relacionar o direito à educação, moradia, trabalho e renda por meio da reflexão acerca da caracterização dos/as Jovens em sua relação com a educação/formação, as atividades produtivas, a gestão da unidade produtiva e perfil de renda em relação às opções dos/as Jovens em permanecer ou não no campo. O referencial teórico que sustenta a pesquisa é embasado em Kerbauy, Freire, Caldart, e Hage. A metodologia desenvolvida se apoia em estudo bibliográfico e apresenta dados quantitativos preliminares da pesquisa, obtidos por meio da aplicação de questionários semi-estruturados, embasada em Gil, Demo e Minayo. Estes dados preliminares apontam para a direção de uma opção dos/as jovens do meio rural do sul do Amapá em permanecer no campo ao acessarem o direito à educação, trabalho e renda satisfatórios para garantirem seus projetos de futuro.

A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, ARQUEOLÓGICO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO

Nildineide Soares Xavier

Em meio a discussão de uma crescente preocupação ambiental destacam-se os conhecimentos pré-colonização brasileira que estão sendo descobertos através de estudos arqueológicos que muito vem contribuindo para o entendimento das sociedades do passado, seu modo de vida e de alteração da natureza. Nesse resumo buscou-se fazer uma reflexão a respeito da concepção de desenvolvimento desvinculando a ideia deste apenas ao sentido econômico, e sim numa perspectiva mais ampla e relacionado a qualidade de vida social. É destacada a importância do patrimônio cultural arqueológico pelo leque de possibilidades de se analisar o passado conforme as perspectivas do presente e se entender como os homens de determinada época conseguiam se relacionar com o meio. Esse conhecimento ajuda a compreender o passado e ao mesmo tempo fazer uma reflexão acerca das atividades que são desenvolvidas na sociedade atual. Os estudos com solos antrópicos conhecidos por Terra Preta Arqueológica (TPA) conseguem mesclar essas demandas e contribuem no entendimento de como se desenvolviam as atividades de tribos indígenas do passado e como essas atividades conseguiram alterar a composição química de solos amazônicos, que, no geral, apresentam baixa fertilidade. Além de conciliar os conhecimentos da arqueologia, agronomia, química e as concepções agroecológicas. Esse conhecimento auxilia no entendimento do modo de vida de tribos do passado e a contribuição com alternativas que buscam o desenvolvimento de atividades mais sustentáveis para a mitigação de problemas atuais que vem sendo ocasionados pelo modelo atual de produção agrícola, desde a implantação da Revolução Verde.

QUILOMBO, IDENTIDADE E GÊNERO: AS LOUCEIRAS DO QUILOMBO DE SANTA LUZIA DO MARUANUM

Tayra Fonseca Rezende

Trata-se um estudo que visa identificar o papel e a participação da mulher quilombola nos processos identitários no Quilombo de Santa Luzia do Maruanum, no Estado do Amapá. Através do estudo etnográfico, bibliográfico e documental, buscar-se-á compreender a configuração do grupo étnico em comento e descrever seus modos de fazer e viver, conectando este aos debates que ultrapassam a questão étnica, mas que envolvem também a dimensão de gênero e desenvolvimento regional. Trata-se de um grupo étnico onde se evidencia um papel central para a mulher quilombola, sendo assim, pretende-se identificar este papel para além da mera configuração cultural, mas também enquanto sujeitos políticos de referência na comunidade.



5

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DIANTE DAS ESPECIFICIDADES REGIONAIS

O MANEJO DO PIRARUCU (ARAPAIMA GIGAS) COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Débora de Oliveira Thomaz

O pirarucu, conhecido como “bacalhau da Amazônia”, carne tenra, praticamente sem espinhas; adulto, seu comprimento varia de 2 a 3 metros e pesa de 100 a 200 kg, considerado um dos maiores peixes de água doce do planeta. A carne fresca é pouco consumida, porém suas mantas salgadas fluem até para mercados europeus. O couro, escamas e língua possuem alto valor. O trabalho objetiva analisar o manejo do pirarucu na Amazônia, no contexto do desenvolvimento sustentável na Amazônia. O princípio do desenvolvimento sustentável legitimando-se para afirmar a conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Desde 1970 as primeiras iniciativas de manejo comunitário da espécie, em virtude da ameaça de extinção. Possui características que o tornam adequado para a gestão comunitária. No processo, as comunidades estão desenvolvendo uma nova forma de manejar seus recursos pesqueiros, através de acordo de pesca, em que comunidades delimitam um conjunto de lagos de várzea e define regras de pesca. No Amazonas, Instituto Mamirauá (AM), é desenvolvido um sistema de manejo onde decisões sobre a pesca do pirarucu são tomadas conjuntamente pelos pescadores e pesquisadores da região, desenvolveram técnica simples de monitoramento que aproveita estas características biológicas, permitindo que os pescadores possam fazer estimativas confiáveis do número de peixes adultos e jovens em um lago, usando estes números para determinar as cotas de capturas sustentáveis. A sustentabilidade social dos acordos depende da capacidade das organizações comunitárias de lidar com as pressões internas e externas geradas pelo processo de implantar e manter o sistema de manejo.

O CASO DA COMUNIDADE DA ILHA REDONDA E A ÁREA DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ-AP

Lorena Matos de Sousa

O estudo foi realizado na Comunidade da Ilha Redonda (CIR) localizada na porção sudoeste do município de Macapá, distante 14 km do centro urbano cujo acesso se dá pela BR-156. Teve como objetivo em verificar os impactos sócio-ambientais ocorridos na CIR em decorrência da proximidade com a Área de Destinação Final de Resíduos Sólidos do município de Macapá. Para a identificação dos impactos sócio-ambientais foi utilizada a metodologia de Listagens (Check-list) que representa um método utilizado em Avaliação de Impacto Ambiental, que leva em consideração os impactos do meio físico, biótico e antrópico. Foi realizado na CIR visitas “in loco” e aplicação de formulários buscando identificar o perfil dos moradores e as mudanças ocorridas no local com a implantação da Área de Destinação Final de Resíduos Sólidos, já que a mesma encontra-se dentro da Comunidade da Ilha Redonda. Com os resultados foi possível constatar que o município de Macapá ainda não conta com um Aterro Sanitário, caracterizando a área onde são destinados os resíduos sólidos de Macapá como Aterro Semi-controlado. Nesse impasse, encontra-se a Comunidade da Ilha Redonda que já existia e foi impactada com a implantação do empreendimento e quanto aos principais impactos percebidos pelos moradores destacam-se: Poluição do ar, aparecimento de insetos (moscas domésticas), presença de aves (urubus) e doenças respiratórias (asma) atingindo principalmente as crianças. Portanto, é necessário que o poder público busque mecanismos que possam equacionar os problemas ambientais que afetam os moradores da Comunidade da Ilha Redonda que estão desassistidos pelo Poder Público.

ALÉM DAS FRONTEIRAS GEOPOLÍTICAS: VULNERABILIDADE DA AMAZÔNIA À INTRODUÇÃO DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS

Maiara Sabrine Martins de Souza Adaime

As pragas quarentenárias são organismos animais ou vegetais com importância econômica potencial para uma determinada região ou país, que constituem ameaça à economia agrícola. Em geral, esses organismos são exóticos e podem se plantas, animais ou por frutos e sementes infestadas. Há duas categorias de pragas quarentenárias: as ausentes (pragas exóticas não presentes no país) e as presentes (pragas de importância econômica potencial, já presentes no país). Após a introdução de uma praga quarentenária em uma determinada região, comumente são observados consideráveis prejuízos econômicos, ambientais e sociais. No âmbito agrícola, é possível antever consequências de diversas naturezas: 1) redução da produtividade dos cultivos; 2) elevação dos custos de produção, em virtude da adoção de medidas fitossanitárias de controle de pragas; 3) implicações ambientais, pela necessidade de aplicação de produtos químicos sintéticos para o controle da espécie introduzida; 4) custos sociais, pelo desemprego, em função da eliminação ou diminuição de postos de trabalho associadas a determinado cultivo agrícola e perda de mercados de exportação pela ocorrência de determinada praga. Este estudo visa refletir sobre a vulnerabilidade da Amazônia à introdução de pragas quarentenárias e propor medidas para minimizar os riscos de novas introduções. Será realizado amplo levantamento bibliográfico para retratar a temática numa perspectiva histórica. Adicionalmente, serão propostas ações integradas para minimizar os riscos de novas introduções, tratando a questão como sendo de segurança nacional.

DINÂMICAS TERRITORIAIS E CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA NO PLATÔ DAS GUIANAS

Marcelus Clei da Silva Buraslan

A discussão sobre a fronteira setentrional amapaense não é inédita. Todavia, há algumas leituras pontuais sobre o tema, com análises que trabalham de maneira unilateral a fronteira. Por isso, o presente trabalho aborda as dinâmicas territoriais no platô das Guianas, considerando a construção da condição fronteiriça entre Brasil e França, portanto, como elementos histórico-geográficos. As discussões baseiam-se nos novos usos do território transfronteiriço entre o estado do Amapá (Brasil) e a Região Ultra periférica (RUP) da Guiana Francesa (França), realizando uma abordagem histórica (através dos tratados de limites e, deste modo, da geopolítica estabelecida na fronteira) e geográfica (partindo de categoria e conceitos da geografia: território, fronteira, limite territorial). O objetivo é analisar as condições fronteiriças do Platô das Guianas que nortearam o processo de ocupação e os novos usos do território transfronteiriço entre o estado do Amapá (Brasil) e a Guiana Francesa (França), na perspectiva do desenvolvimento regional, para isso será de fundamental importância considerar as análises cartográficas e analíticas, visto que as decisões tomadas, desde os tratados de limites até acordos bilaterais, transformaram significativamente a vida da população fronteiriça, principalmente no contexto da globalização, quando a fronteira passa a vivenciar experiências/dilemas como as da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que promovem novos usos do território transfronteiriço a partir da ideia de fronteira-rede, oportunizando o diálogo entre a economia, a cultura, o poder político, o espaço e a sociedade, sempre convexos ao desenvolvimento regional e perenes na construção histórico-geográfica das fronteiras.

OS IMPACTOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE-AMAPÁ CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA CACHOEIRA CALDEIRÃO NO RIO ARAGUARI

Netiê Izabel da Silva de Oliveira

O município de Porto Grande, estado do Amapá, vem apresentando várias modificações com a construção da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão. Algumas benéficas a seu desenvolvimento outras perniciosas. O objetivo principal deste trabalho foi analisar os impactos urbanos no Município em questão, causados pela construção da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão no Rio Araguari. Os aportes metodológicos que subsidiaram a pesquisa foram extraídos do documento Plano Diretor construído em 2013 para o município, dados disponíveis do IBGE do ano de 2010. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória. A caracterização da área urbana de Porto Grande é classificada como um Centro Local, o que significa que sua centralidade e sua atuação não extrapolam os limites municipais, de modo que a produção e a oferta de serviços direcionam-se apenas à satisfação das necessidades da população ali residente. Em relação às mudanças estruturais e ambientais na área urbana corresponde à perda da paisagem da Orla do Município, conjuntamente a perda da paisagem, ocorreu à desapropriação dos moradores que residiam no entorno dessa Orla. Para camuflar os impactos na região foram propostas pela Empresa executora da Hidrelétrica algumas formas de compensações ambientais, como construções de UPA, Super Fácil Rural, ProAraguari, entre outros. Esses tipos de empreendimentos trazem ao Município de Porto Grande, vários impactos ambientais e urbanos como os gerados no resultado dessa pesquisa, porém, é importante levarmos em consideração que esses empreendimentos, contribuem para o desenvolvimento do Município, influenciando a dinâmica do local e aquecendo a economia.

DEFESA E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

Tiago Luedy Silva

A formulação de políticas voltadas para o setor de defesa nunca foi uma preocupação formal dos governos brasileiros até o final dos anos 90 do século XX. Até muito recentemente, o Brasil não tinha sequer um Ministério da Defesa, criado apenas em junho de 1999 no governo FHC. Foi a crescente projeção do Brasil no cenário internacional que levou o país a direcionar esforços para as questões de defesa e a considerar o tema como uma questão estratégica e de vital importância para a salvaguarda das riquezas e dos interesses nacionais. O tema do desenvolvimento, por outro lado, forjado no contexto político-econômico do pós-guerra como expressão da necessidade de atenuar o atraso estrutural do terceiro mundo, tem sido amplamente debatido através de diversas concepções teóricas, desde os desenvolvimentistas cepalinos até a ideia do desenvolvimento sustentável e do moderno desenvolvimentismo, quando não buscado na prática por intermédio de políticas públicas. A relação necessária entre os dois temas, defesa e desenvolvimento, ainda não tem tido a devida importância no país, especialmente na região amazônica. Embora os estudos sobre defesa pareçam estar fortemente vinculados às academias militares e às Forças Armadas e pareçam estar desconectados da ideia de desenvolvimento, a verdade é que a reflexão sobre defesa e desenvolvimento como temas que se influenciam mutuamente é de grande relevância na Amazônia setentrional e especialmente no Estado do Amapá, por se constituir em um espaço ao mesmo tempo periférico, necessitando fortemente de desenvolvimento, e estratégico, demandando uma defesa compatível com as recursos da região.



Mestrandos organizadores do I SPGDR - 2016.

Este Caderno de Resumos é resultado do I Simpósio de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, como parte integrante das atividades de comemoração do primeiro decênio do Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá (PPGMDR/Unifap).

Até agosto de 2021, quando este Programa *strictu sensu* registra os seus 15 anos de atuação, 172 dissertações em desenvolvimento haviam sido defendidas, dentre elas, algumas delas tiveram seus ensaios de debates neste evento.

ISBN: